

**VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS) – Comunicação de**

Líder: Sr. Presidente, colegas vereadores; volto a esta tribuna agora com um pouco mais de tempo para tratar de temas que já me trouxeram aqui. O primeiro deles é sobre uma campanha difamatória que eu sofri nos últimos dias em um jornal de Porto Alegre, através de um jornalista que é mais serviçal da EPTC do que repórter, ele está a serviço da EPTC e não, da informação, com uma manchete jocosa, que induzia as pessoas a pensarem que eu estava sendo

investigado pela polícia por causa de um grupo de WhatsApp. O grupo a que ele se refere é um grupo que nós criamos para fiscalizar a EPTC, e muitos agentes infiltrados da própria EPTC estão lá para tumultuar o grupo. Num grupo de WhatsApp, qualquer pessoa sabe, os administradores – eu não sou um deles, eu não administro esse grupo, eu faço parte desse grupo – não têm controle nem prévio nem posterior do que é colocado lá. Os administradores do grupo não podem deletar, não conseguem ainda, não têm a tecnologia para deletar o que foi escrito por terceiros, cabendo a ele, enquanto mediador, apenas repudiar. Em centenas e centenas de mensagens, nós temos uma piada de mau gosto que prega violência contra os agentes de trânsito e outras três que falam de *blitz* durante a madrugada. Em razão disso, a EPTC e a Polícia Civil resolveram intimidar todos os membros do grupo só porque formaram um grupo. Eu quero lembrar que nós estamos num Estado de Direito e nós não vamos recuar um milímetro na nossa missão de fiscalizar o fiscal, de abrir essa caixa-preta da EPTC. E eu quero aqui elogiar o último projeto, Ver. Carús, que tem sido um parceiro nessa luta pela transparência dessa caixa-preta que nós precisamos abrir. Então, foi uma infâmia colocarem em muitas manchetes a palavra “polícia” e as palavras “Ver. Wambert”. Eu tenho a consciência tranquila que até hoje não fiz, jamais farei, qualquer coisa que envergonhasse meus filhos. Quem lê a matéria vê que é algo vazio, sem sentido, ridículo, esdrúxulo, cuja intenção é fustigar ou assassinar a reputação de alguém. Outro jornalista me disse recentemente: “Wambert, tu estás começando a ser vítima, como tantos outros conservadores, da vingança da mídia esquerdista. É a revanche”. Que venham, eu estou pronto para ela.

Hoje o jornal Zero Hora já publicou um contraponto dessa falácia, desse sofisma, dessa mentira de insinuar que eu estou sendo investigado por qualquer coisa. Não estou sendo investigado, não sou objeto de inquérito, aliás, é um grupo no qual eu quero colher

informações, eu pouco me manifesto, não lembro da última vez em que me manifestei, mas lembro, sim, que gravei um vídeo no grupo dissuadindo e dizendo que, naquele grupo, não era permitido divulgar *blitz*, porque a *blitz* é algo essencial para a segurança pública; e nem propagar ou insinuar violência contra qualquer agente da EPTC.

Segundo tema: quem precisa ser investigado, vereadores, é a EPTC. Eu estou trazendo aqui uma matéria da própria GaúchaZH, da Zero Hora, de 06 de dezembro de 2018, e vou ler as duas manchetes. Primeira: “Ministério Público investiga denúncias de pressão para que agentes da EPTC multassem mais.” E outra matéria: “Agentes da EPTC descrevem como eram pressionados para aplicar mais multas”.

A EPTC é uma indecência, Srs. Vereadores, a EPTC é uma vergonha, é algo sujo. Porto Alegre não pode mais conviver com essa excrescência que é a EPTC, que não tem nenhuma finalidade de atender o interesse da sociedade. As matérias são muito claras, vou me reportar aos senhores. Segundo a Promotora da 5ª Vara da Fazenda Pública, Dra. Roberta Brenner de Moraes, diz o seguinte em sua matéria (Lê.): “É um número exagerado de autuações que nem sempre corresponde à realidade. Pela falta de condições do agente de fazer um juízo valorativo necessário, que pressupõe tranquilidade e autuar com certeza do que está fazendo. Como cidadã e, vendo tudo o que foi apurado, com dados concretos, com números, depoimentos – alguns emocionados de pessoas que foram prejudicadas e que admitiram ter feito inúmeras autuações sem a certeza necessária do que a função exige – acho que sim, é uma indústria da multa.”

Não sou eu que estou dizendo isso há 5 anos; é a Promotora de Justiça que investigou o caso. Em Porto Alegre, a indústria que mais prospera é a indústria da multa. Vergonhoso! Eu fiz um pedido de informações para a EPTC, eles me responderam com alguns dados – vou trazer daqui a pouco –, a matéria e o processo judicial descreve como os azulzinhos eram obrigados a multar. Um dos agentes de trânsito declara que o seu superior o obrigava. Esse constrangimento moral, esse assédio moral para que eles multassem mais era no rádio da EPTC. Eles tinham cotas e metas, aqueles que multassem mais iam ser beneficiados com horas extras e aqueles que multassem menos eram punidos, transferidos. Um dos agentes que depôs gravou uma conversa com o diretor da EPTC – as conversas estão gravadas – em que o diretor da EPTC ameaçava aqueles que não multassem. Esse mesmo diretor acompanhou uma diligência e mandou ele autuar: esse pneu está careca. Ele foi lá e constatou que o pneu ainda não estava careca, ele mediu o

biscoito do pneu, ele foi ameaçado pelo diretor da EPTC para que forjasse a infração, para que fraudasse o nosso sistema. E ele então autuou, sabendo que estava cometendo uma injustiça, sabendo que era uma mentira, um crime e uma fraude aquela autuação.

Essa é a EPTC, senhores! É a EPTC que merece ser investigada. Eu agradeço a esse movimento que foi feito contrário às causas que defendemos, porque nos instigou e arrefeceu nosso ânimo e a nossa determinação. A EPTC, senhores, merece uma CPI para nós investigarmos o que foi feito com os recursos provenientes das multas. Eu tenho um dossiê que vou deixar para uma próxima oportunidade de tão longo que ele é, vem de dez respostas que a EPTC nos enviou a partir de um pedido de informações; alguns, para os senhores saberem, infelizmente, os dados são até meados de 2018. Colegas Vereadores, a EPTC, em 2016, já tinha arrecadado mais de meio milhão de multas! Então, em 2017, mais meio milhão de multas; até junho de 2018, 282 multas – seguramente passou de um milhão de multas no ano passado, a maioria delas suspeitas. O mais grave: o cidadão recorre à JARI – eu tenho um dado aqui –, os senhores sabem, você que está em casa, você que está aqui nas galerias, Sr. Presidente, apenas 2,8% dos recursos da JARI são providos, Ver. Ricardo Gomes; 2,8%, é uma indústria covarde da fraude. E nós temos que nos levantar contra isso. Nós não estamos aqui defendendo o infrator; nós queremos que o poder público exerça sua finalidade, nós queremos segurança no trânsito. E segurança no trânsito não se conquista com agente escondido numa moita! A segurança no trânsito se conquista com esse agente orientando o trânsito e não, esperando a infração para que o Estado... ou melhor, para uma empresa usurpadora, que usurpa o poder de polícia e multa os cidadãos, fazendo disso a sua fonte de receita e de arrecadação.

Colegas vereadores, isso é uma excrescência, isso é uma vergonha, isso é uma imoralidade! E eu clamo aqui para que nós possamos começar a pensar em uma CPI da EPTC. Nós precisamos investigar a EPTC, a sociedade porto-alegrense espera isso de nós. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

